

## CONHECIMENTO, CIÊNCIA OU MUTILAÇÃO DA RAZÃO? O ESPECTRO TOTALITÁRIO DO ESCLARECIMENTO

*KNOWLEDGE, SCIENCE OR MUTILATION OF THE REASON? THE TOTALITARIAN SPECTER OF ENLIGHTENMENT*

*¿CONOCIMIENTO, CIENCIA O MUTILACIÓN DE LA RAZÓN? EL ESPECTRO DE TOTALIDAD DE LA ILUMINACIÓN*

Pedro Octávio Gonzaga Rodrigues<sup>1</sup>

Carlos Guilherme Cristelli Soares<sup>2</sup>

Código DOI

### Resumo

Este artigo analisa a obra *Dialética do Esclarecimento*, de Horkheimer e Adorno, com o objetivo de compreender como o projeto do esclarecimento, ao buscar superar o medo primitivo e a superstição mitológica, acaba por promover o sacrifício da própria razão. O desencantamento do mundo, resultante da repressão da dimensão somática presente nos impulsos miméticos do pensamento, obstrui a capacidade de conhecer do sujeito, produzindo uma razão formalizada que nega a dimensão viva do pensamento, impedindo tanto o conhecimento em bases objetivas quanto a constituição da subjetividade. Conclui-se que a razão ocidental, supostamente esclarecida, revela-se totalitária: ela contribui para a impossibilidade de conhecer o objeto, coloca como tabu o contato entre indivíduo e natureza e danifica a capacidade de realizar experiências, obstando, dessa forma, a formação do indivíduo autônomo e reproduzindo a barbárie ao sacrificar a razão em nome da dominação.

**Palavras-chave:** Mimese. Razão. Barbárie. Formação do Indivíduo.

### Abstract

*This article analyzes Horkheimer and Adorno's Dialectic of Enlightenment, with the aim of understanding how the project of enlightenment, in seeking to overcome primitive fear and mythological superstition, ends up promoting the sacrifice of reason itself. The disenchantment of the world resulting from the repression of the somatic dimension present in the mimetic impulses of thought obstructs the subject's ability to know, producing a formalized reason that denies the living dimension of thought, preventing both knowledge on objective bases and the constitution of subjectivity. It can be concluded that Western reason, supposedly enlightened, reveals itself to be totalitarian: it contributes to the impossibility of knowing the object, places contact between the individual and nature as taboo and damages the ability to carry out*

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo. E-mail: [pedrooctavio.g,r@gmail.com](mailto:pedrooctavio.g,r@gmail.com) | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5650-270X>.

<sup>2</sup> Instituto Federal de Santa Catarina. E-mail: [guilhermecristelli@outlook.com](mailto:guilhermecristelli@outlook.com) | Ocid.: <https://orcid.org/0009-0009-4501-4274>.

*experiments, thus hindering the formation of the autonomous individual and reproducing barbarism by sacrificing reason in the name of domination.*

**Keywords:** *Mimesis. Rationality. Barbarism. Individual's formation.*

### **Resumen**

*Este artículo analiza la obra Dialéctica de la Ilustración, de Horkheimer y Adorno, con el objetivo de comprender cómo el proyecto de la ilustración, al tratar de superar el miedo primitivo y la superstición mitológica, termina promoviendo el sacrificio de la propia razón. El desencanto del mundo resultante de la represión de la dimensión somática presente en los impulsos miméticos del pensamiento obstruye la capacidad de conocer del sujeto, produciendo una razón formalizada que niega la dimensión viva del pensamiento, impidiendo tanto el conocimiento sobre bases objetivas como la constitución de la subjetividad. Se concluye que la razón occidental supuestamente ilustrada se revela totalitaria: contribuye a la imposibilidad de conocer el objeto, tabúa el contacto entre el individuo y la naturaleza y daña la capacidad de realizar experiencias, obstaculizando así la formación del individuo autónomo y reproduciendo la barbarie al sacrificar la razón en nombre de la dominación.*

**Palabras clave:** *Mimésis. Racionalidad. Barbarie. Formación del individuo.*

### **Introdução**

Em seu livro Dialética do Esclarecimento, Horkheimer e Adorno ([1947] 2006a) conceituam o esclarecimento como um processo amplo do desenvolvimento da racionalidade para se livrar do obscurantismo e do conhecimento falacioso. Já em seus primórdios, o ser humano buscava a autopreservação e a libertação do medo diante das forças da natureza mediante a dominação dessas forças a partir da razão. O mito foi o primeiro passo no processo de esclarecimento, uma vez que nele a humanidade encontrou uma forma de denominar, relatar, explicar e analisar o mundo. O esclarecimento, enquanto processo histórico e dialético, apresenta suas contradições e desencantamentos, o que levou o mito a ser gradualmente substituído por formas que aprofundam a cisão do sujeito com a natureza, culminando em uma nova mitologia e uma nova forma de barbárie. Ao tentar eliminar o mito por meio do domínio e do controle (e não por meio de uma reconciliação do sujeito com o objeto), ele acaba criando um novo tipo de mito, mais perigoso porque se disfarça de racionalidade pura, verdadeira em si mesma. Esse novo mito é a razão instrumental, que reveste a ciência moderna e reduz a própria razão a mero cálculo e ferramenta de dominação, levando a uma nova forma de barbárie, como o fascismo e o Holocausto, exemplos máximos para Adorno.

Nesse sentido, os autores analisam como o esclarecimento – principalmente em sua expressão mais moderna, a ciência positivista – acaba por regredir à mitologia. Essa recaída ocorre porque, à semelhança dos mitos que pretendeu superar, o projeto esclarecido continua a projetar o subjetivo na natureza, impondo a ela a lógica instrumental do sujeito. Ao reprimir e ocultar sua própria participação subjetiva no ato de conhecer, o esclarecimento obstrui a autorreflexão crítica e, paradoxalmente, obstrui a possibilidade de um conhecimento verdadeiro, que não apenas reafirme, mas possibilite superar as contradições da realidade, possibilitando uma vida digna. O esclarecimento igualmente regredir à mitologia ao falhar em superar a lógica da repetição, um princípio fundamental do pensamento mítico. Este procedimento se baseia no pressuposto de que apenas o que é idêntico e repetível – e, portanto, passível de ser subsumido pela lógica matemática – pode ser considerado objeto de conhecimento objetivo, que deveria reconhecer a mediação recíproca entre sujeito e objeto. Isso reduz a possibilidade de conhecer a realidade à mera identidade do conceito, que por sua vez se traduz em número. Tal procedimento relega à margem do conhecimento tudo aquilo que não pode ser calculado. Em consequência, falha-se na compreensão dos fenômenos complexos da realidade, o que restringe severamente o escopo do que podemos efetivamente conhecer acerca dela – ou, o que é pior, força sua simplificação coercitiva para que ela se adéque à identidade. No entanto, em seu afã de não deixar nada de fora e de explicar a totalidade do real – com a finalidade última de aplacar o medo do homem civilizado perante o desconhecido –, o esclarecimento adota uma postura totalitária. Ele violenta o heterogêneo, o qualitativo e o singular, impondo-lhes à força a camisa de força da identidade e da quantificação, tornando-se, assim, um sistema tão dogmático quanto os mitos que pretendeu superar.

Partindo das análises de Horkheimer e Adorno ([1947] 2006a), este artigo elege como centralidade para a crítica da razão ocidental estabelecida a díade dominação da natureza (externa e interna) e formalização da razão. Ambas são compreendidas como produto inevitável do espectro totalitário inerente ao projeto do esclarecimento. Desse modo, o presente estudo recorre à análise da obra *Dialética do Esclarecimento* com o objetivo de elucidar as tendências totalitárias que permeiam não apenas o processo de constituição da razão ocidental, mas também a construção da civilização e a própria formação do homem civilizado moderno.

Por fim, o artigo demonstra a relação entre o processo de desencantamento do mundo promovido pelo esclarecimento e as consequências desse processo para a constituição do indivíduo e de sua razão: ao impedir, de diferentes modos, o contato entre sujeito e objeto, bem como entre o indivíduo e sua própria natureza, ele susta o conhecimento de bases objetivas. Isso ocorre porque, uma vez que a subjetividade é objetiva, negar a primeira equivale a negar a segunda; suprimir a subjetividade implica, em última instância, anular a objetividade do próprio sujeito que a busca. Quando esse processo de desencantamento é levado ao paroxismo, obstrui-se a possibilidade conhecer do sujeito; concomitantemente, em se tratando do sujeito empírico, demonstra-se como a formalização da razão empobrece toda a vida psíquica individual, impossibilitando a experiência com o objeto e com a diferença, obliterando a formação do indivíduo, fazendo-o compactuar com a barbárie.

### **O espectro totalitário do esclarecimento e a negação da razão**

O esclarecimento é compreendido por Horkheimer e Adorno ([1947] 2006b) como um processo amplo que diz respeito ao desenvolvimento da razão humana e da sociedade burguesa como saída da ignorância e do falso saber. O termo esclarecimento foi adotado por essa tradução brasileira em detrimento de Iluminismo em função do seu sentido multívoco, já que o esclarecimento contém no seu núcleo de determinação e designa tanto a época que se denomina Iluminismo (e o progresso da razão que se dá nesse período) quanto a sua proximidade com o significado em linguagem ordinária no português e no alemão.

Em ambas as línguas, esclarecimento designa a saída do estado de ignorância e de preconceito, estejam eles relacionados às questões das mais diferentes esferas práticas da vida. No segundo caso, e em proximidade com o sentido na língua usual, Kant, fiel representante do iluminismo, define o esclarecimento como o processo de emancipação intelectual que representa o estabelecimento da autonomia do sujeito racional, da saída da ignorância, da preguiça e do pensamento marcado pela tutela. O sentido de ambos os termos está contido no conceito de esclarecimento em Horkheimer e Adorno ([1947] 2006b). O esclarecimento não se resume, portanto, somente ao período de referência ao século das luzes; trata-se antes, de um processo mais amplo que tem seu início nas primeiras tentativas do

homem de dizer da origem das coisas, que podem ser encontradas no passado arcaico da espécie, tanto por meio dos processos mágicos de imitação da natureza, quanto nos mitos.

As narrativas mitológicas são uma forma de conhecimento que objetivavam explicar os elementos do mundo-natureza: as forças naturais, as estações do ano, o movimento das marés, o nascer e o pôr-do-sol eram representados por figuras míticas, deuses, titãs, semideuses e homens-criaturas. Por meio de suas paixões, o mundo é originado, dando movimento ao curso dos seus eventos e animando os seres. Para Horkheimer e Adorno ([1947] 2006b, p. 20), tanto os mitos como o esclarecimento contêm o impulso que visa a explicar e descrever o mundo: “o mito queria relatar, denominar, dizer a origem, mas também expor, fixar, explicar”. Os mitos são uma forma de nomear esse poder desconhecido. Por meio de contos fantásticos, o homem tentava dar ordenamento ao mundo e aplacar o medo das potências naturais, nomeando os eventos da natureza, tornando-os fixos e imutáveis. Quando os eventos cíclicos se repetem – que nos mitos representavam a fúria ou a benevolência de alguma divindade –, é possível ao homem identificar esses padrões, e, por meio da análise de padrões poder prever e de certa forma controlar a natureza. Nessa busca por tentar compreender e nomear o desconhecido, parcela do medo arcaico – decorrente da fragilidade da natureza humana em um mundo natural repleto de perigos – é parcialmente aplacado.

Os mitos têm isso em comum com o esclarecimento, quer nos seus primeiros indícios, quer em formas contemporâneas, com a filosofia e a ciência, o esclarecimento sempre teve como objetivo livrar os homens do medo e torná-los senhores – isto é, não mais o homem deve se sujeitar à natureza, mas a natureza deve se sujeitar ao eu (Horkheimer; Adorno, [1947] 2006b). Deste modo, o processo de esclarecimento, que tem origem nos mitos, inicia-se antes do século denominado como período das luzes e se estende ao longo da história, indicando, sobretudo, o processo de constituição da racionalidade humana. Trata-se, portanto, de um processo de “desencantamento do mundo, pelo qual as pessoas se libertam do medo de uma natureza desconhecida, à qual atribuem poderes ocultos para explicar seu desamparo frente a ela” (Almeida, [1985] 2006, p. 7).

Para o esclarecimento, “o elemento básico do mito foi sempre o antropomorfismo, a projeção do subjetivo na natureza. O sobrenatural, o espírito e os demónios seriam as imagens especulares dos homens que se deixam amedrontar pelo natural” (Horkheimer; Adorno, [1947] 2006b, p. 19). O

esclarecimento tinha como objetivo vencer esse antropomorfismo, ele visava à desmitologização, mas, nesse processo, acaba produzindo uma forma de submissão ainda maior do homem à natureza. De acordo com os autores, “o programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo” (p. 17). A natureza, regida por forças misteriosas, deveria ser superada por um saber que não se deixa levar por elementos imprecisos como a fantasia ou a superstição: “a matéria deve ser dominada sem o recurso ilusório a forças soberanas ou imanentes, sem a ilusão de qualidades ocultas” (p. 19).

Com isso, o conhecimento metafísico (terreno da filosofia, domínio dos universais, das abstrações e da especulação), que visava a decifrar as qualidades ocultas das engrenagens da natureza, devia passar por um processo de desencantamento progressivo, a fim de se tornar um saber objetivo e seguro. No percurso do esclarecimento, dos mitos até o saber científico, a metafísica e os grandes sistemas filosóficos foram rebaixados à superstição e imediatamente identificados com o passado anímico e pré-histórico, com as forças da magia e do *mana* – conceito antropológico que designa uma força sagrada e invisível e que impregna pessoas, objetos e lugares, conferindo-lhes vida e poder.

Nas cosmologias pré-socráticas – teses que tentam dizer da origem e do funcionamento do cosmos – o esclarecimento enxergava as mesmas alegorias mitológicas que deveriam ser expurgadas do pensamento. Os elementos originários representavam as forças divinas, agora não mais por meio de narrativas, como nos mitos, mas por meio de conceitos filosóficos e científicos. Para a ciência, mesmo na tentativa de explicar o mundo-natureza por meio do exame criterioso de suas leis – o tempo, o espaço, a mutabilidade e a imutabilidade das coisas, elementos da metafísica clássica –, as cosmologias são confundidas com a superstição pela sua proximidade com os fundamentos ocultos e subjetivos dos mitos, e vistas com desconfiança. Essa proximidade entre a metafísica e o antropomorfismo se tornou estereotipada para a ciência:

As categorias, nas quais a filosofia ocidental determinava sua ordem natural eterna, marcavam os lugares outrora ocupados por Ocnos e Perséfone, Ariadne e Nereu. As cosmologias pré-socráticas fixam o instante da transição. O húmido, o indiviso, o ar, o fogo, aí citados como a matéria primordial da natureza, são apenas sedimentos racionalizados da intuição mítica. [...] Com as Idéias de Platão, finalmente, também os deuses patriarcais do Olimpo foram capturados pelo logos filosófico. O esclarecimento, porém, reconheceu as antigas potências no legado platônico e aristotélico da metafísica e instaurou um processo contra a pretensão de verdade dos universais, acusando-a de superstição. Na autoridade dos

conceitos universais ele crê enxergar ainda o medo pelos demónios, cujas imagens eram o meio, de que se serviam os homens, no ritual mágico, para tentar influenciar a natureza. Doravante, a matéria deve ser dominada sem o recurso ilusório a forças soberanas ou imanentes, sem a ilusão de qualidades ocultas. O que não se submete ao critério da calculabilidade e da utilidade torna-se suspeito para o esclarecimento (Horkheimer; Adorno, [1947] 2006b, p. 19).

Para o esclarecimento, o entendimento verdadeiramente seguro só poderia ser alcançado por meio de uma linguagem universal e neutra. Uma linguagem capaz de representar a realidade mediante padrões precisos e repetitivos, uma vez que somente aquilo que se repete pode ser previsto e, por fim, controlado. De acordo com Horkheimer e Adorno ([1947] 2006b, p. 20), “o número tomou-se o cânon do esclarecimento”, assim, tudo aquilo que não puder ser sistematizado pelo procedimento matemático, torna-se suspeito para aquele. O entendimento deve vencer o conhecimento de base supersticiosa e o mundo deve ser desencantado – retirados os seus elementos mágicos-miméticos – até o fim, até que não reste mais mistério ou dúvidas. De fato, o mundo não é mágico como no mito: o deus não habita a árvore, a pedra não é encantada; desencantar é fundamental ao conhecimento e tarefa do esclarecimento. Contudo, o esclarecimento acaba por desencantar também o encanto inerente ao que é vivo – a experiência imediata, a singularidade e a subjetividade – tal como expurgou o *mana* que conferia essência aos seres naturais. Na modernidade, esse desencantamento da vida, outrora sustentado pelo encanto mágico, assume uma nova configuração: a vida se torna desbotada e esvaziada de sentido, enquanto uma razão petrificada reduz o que o encanto presente na subjetividade – tudo aquilo que escapa à explicação total – transformando-o em mero objeto a ser controlado.

O esclarecimento reduz tudo aquilo que pode ser pensado àquilo que pode ser descrito e controlado matematicamente; aquilo que foge disso e que também pode ser objetivamente estudado, como a própria subjetividade, é tido como algo proibido, um tabu, que deve ser perseguido e eliminado do pensamento. Nisso, elimina-se também o aspecto da razão que é vivo, como as emoções, a fantasia e a imaginação, mutilando-se assim o aspecto mimético da razão — elemento marcado pela subjetividade e pelos aspectos somáticos do pensamento, que integram a corporeidade e a sensibilidade ao ato de refletir. Assim, com o bloqueio da mimese, o sujeito vê dificultada sua disposição para a experiência e para a atividade de pensar e sentir. Por meio de uma confiança excessiva nos fatos, o esclarecimento exclui o

momento especulativo e sensível do pensamento e recai na lógica do sujeito, na qual se perde a dimensão objetiva do conhecimento. Isso ocorre porque confiar apenas no número e no conceito idêntico que ele representa – ou seja, naquilo que é repetível – impõe um obstáculo prévio ao se deparar com uma realidade complexa que extrapola o calculável: para que essa realidade possa caber no método científico, é preciso reduzi-la aos seus termos. Tal redução é, em última instância, uma escolha do sujeito. Desse modo, na própria tentativa de buscar a objetividade, recai-se na lógica subjetiva: não é mais o objeto que indica o que precisa para ser compreendido, mas o sujeito que obriga esse objeto a caber em sua lógica limitante.

De acordo com Horkheimer e Adorno ([1947] 2006b, p. 26), “o esclarecimento é a radicalização da angústia mítica”. Ele é totalitário, uma vez que elabora “um sistema teórico unitário” (Horkheimer; Adorno, [1947] 2006d, p. 176), cuja finalidade é tornar tudo que é heterogêneo idêntico a si mesmo. Assim, “nada mais pode ficar de fora, porque a simples ideia do “fora” é a verdadeira fonte da angústia”. Para ele, “do medo o homem presume estar livre quando não há nada mais de desconhecido”. Por meio do progresso do esclarecimento, “um método racional, sistematicamente unitário atinge finalmente — num progredir sem limites — cada objeto segundo o seu pleno ser em si” (Horkheimer; Adorno, [1947] 2006b, p. 33). Assim, o que não pode ser imediatamente captado pelos sentidos e sistematizado pelo pensamento ordenador e unitário, isto é, o que não pode ser captado por meio da abstração matemática — forma do equivalente numérico — é imediatamente identificado como um simulacro das forças sobrenaturais que devem ser combatidas a todo custo: “o procedimento matemático tornou-se, por assim dizer, o ritual do pensamento” (p. 34).

[...] A natureza é, antes e depois da teoria quântica, o que deve ser apreendido matematicamente. Até mesmo aquilo que não se deixa compreender, a indissolubilidade e a irracionalidade, é cercado por teoremas matemáticos. Através da identificação antecipatória do mundo totalmente matematizado com a verdade, o esclarecimento acredita estar a salvo do retorno do mítico [...]. Para o positivismo que assumiu a magistratura da razão esclarecida, extravar em mundos inteligíveis é não apenas proibido, mas é tido como um palavreado sem sentido. [...] Para a mentalidade científica, o desinteresse do pensamento pela tarefa de preparar o factual, a transgressão da esfera da realidade é desvario e autodestruição, do mesmo modo que, para o feiticeiro do mundo primitivo, a transgressão do círculo mágico traçado para a invocação, e nos dois casos tomam-se providências para que a infração do tabu acabe realmente em desgraça para o sacrílego (Horkheimer; Adorno, [1947] 2006b, p. 32-33).

É nesse contexto que se consolida, no cerne da cultura, a lógica da racionalidade instrumental. Essa racionalidade, ao eleger o número e a categoria como únicos mediadores da experiência, paralisa o pensamento dialético e impede o contato com a gênese social dos fenômenos. O pensamento identitário – que exige que cada coisa corresponda exatamente ao seu conceito – opera uma dupla violência: naturaliza a história, transformando contradições sociais, como a desigualdade e a violência, em dados estatísticos e aparentemente inevitáveis; e particulariza o estrutural, reduzindo problemas que emanam da totalidade social, como a econômica e a política, a falhas técnicas ou problemas individuais. Desse modo, as relações de dominação são ocultadas sob a aura de neutralidade dos números e das grades categóricas, perpetuando sob novas roupagens a mesma angústia que o mito outrora buscava exorcizar. O esclarecimento, que condenou a metafísica e a projeção da subjetividade na natureza em busca de objetividade, produz seu inverso: o feitiço se volta contra o feiticeiro, e ele acaba recaindo na mitologia e na projeção subjetiva que buscou superar.

A ciência, por meio do pensamento lógico-matemático, deve negar os aspectos subjetivos da razão, e que não tolera contradições. A força mágica é substituída pela lei científica, mas ambas funcionam, em última análise, como princípios totalizantes e não questionados. Todavia, esse elemento subjetivo, que o esclarecimento tenta suprimir por associá-lo a forças ocultas, é fundamental ao conhecimento, sem ele é impossível pensar para além dos fatos e refletir sobre eles. Excluir esse momento subjetivo também impossibilita o contato efetivo com o objeto, já que não há conhecimento ou percepção sem a projeção de elementos subjetivos; não existe experiência pura na consciência.

As tentativas de explicar a realidade de forma única, objetiva e matematicamente simplificada, portanto, mostram-se insuficientes e distantes do objeto múltiplo e complexo a ser conhecido, e o esclarecimento fracassa. O resultado é uma explicação apenas parcial que, no entanto, é tomada como verdade absoluta devido ao seu caráter ideológico e totalizante. No caso do positivismo, as contradições sociais são reduzidas a descrições simplistas e à estatística, que omitem tanto a reflexão sobre a dialética subjacente aos fenômenos, quanto a autorreflexão acerca da subjetividade do próprio pesquisador no processo de conhecimento.

Ao tratar dados como fatos neutros, o pesquisador positivista naturaliza as injustiças sociais ao não questionar por que tais fatos existem e qual sua própria posição social ao interpretá-los. Assim, o positivismo, ao recusar a dialética e a autocrítica, revela seu caráter ideológico de manutenção do *status quo*. Como já assinalavam Horkheimer e Adorno, o ritual metodológico que eleva a quantificação à condição de verdade não apenas impede a compreensão da totalidade social, como também neutraliza qualquer potencial de transformação. A ciência, que teria como objetivo fundamental mudar a realidade, acaba servindo à sua mera reprodução. Ao abdicar do exame crítico das mediações históricas e de sua própria inserção no todo social, o pensamento positivista se converte em instrumento de legitimação do existente, tornando-se incapaz de transcender a ordem que, pretensamente, limitar-se-ia a descrever.

#### **A apoteose do pensamento: esclarecimento, ciência, conhecimento e a tentativa de escapar do destino**

O esclarecimento, em sua ânsia controladora, acabou por obstruir a possibilidade de um conhecimento verdadeiramente dialético: como seria possível pensar em uma experiência cognitiva que não recaia nem na pura subjetividade arbitrária nem na objetividade ilusória? Acerca desse aspecto é que se impõe a necessidade de examinar mais profundamente a relação entre sujeito e objeto no processo de conhecimento. Adorno não propõe um abandono da racionalidade e do progresso, mas sua mudança radical por meio de uma autorreflexão crítica que reconheça a mutualidade constitutiva entre sujeito e objeto (quem conhece e o que é conhecido). Este capítulo avança nessa direção ao investigar como o pensamento, em sua dimensão projetiva e identificante, pode – quando consciente de seus próprios limites e de sua inserção histórica – converter-se em instrumento de emancipação. Longe de ser um mero erro a ser corrigido, o elemento subjetivo se revela como condição indispensável para qualquer conhecimento que aspire à objetividade – isto é, uma objetividade consciente de sua própria gênese e de suas mediações.

Todo conhecimento carrega em si um elemento de paranoia: é inerentemente projetivo e assertivo, e busca incessantemente a unidade e a síntese. Como afirmam Horkheimer e Adorno ([1947] 2006c) e Adorno ([1966] 2009), *pensar é identificar*, e *perceber é projetar*. Isso significa que é o sujeito que se dirige ao objeto para conhecê-lo, e que esse entendimento só se torna possível mediante o uso de categorias de entendimento — as quais, por sua vez, são elaboradas por sujeitos empíricos, historicamente situados.

Essa dimensão subjetiva da experiência é fundamental para a construção de categorias objetivas para o entendimento da realidade, mas tais categorias, criadas para conhecer, vêm do objeto, isto é, são objetivas e só se constituem *a posteriori*, pois só advém da experiência. Portanto, se a ciência de fato visa a conhecer o objeto, não deve negar a subjetividade, mas refletir sobre esse elemento na participação da atividade de conhecer (Adorno, [1955] 1986). A ideia contida nessa expressão epistemológica do conceito de experiência é a de que projetamos sobre a natureza aquilo que nós temos como subjetividade histórica, que é, portanto, objetiva, resultado de como o exterior nos constitui. Negar isso é negar a própria constituição do pensamento. É precisamente por meio da distinção entre objeto e sujeito, e pelo controle crítico dos elementos projetivos no objeto – mediante a reflexão, que anima o pensamento estruturado do sujeito – que se torna possível pensar a realidade, e modificar tanto a natureza quanto o próprio sujeito.

É por meio da projeção que nos aproximamos do objeto. A experiência que temos com ele é o que nos permite, posteriormente, afastarmo-nos e reconhecê-lo como outro – como algo objetivo e distinto de nós. Somente na medida em que nos afastamos, após termos mergulhado no objeto, é que podemos levar o conteúdo da projeção à reflexão, avaliar sua correspondência com o objeto e, assim, corrigir a projeção inicial, tornando o pensamento objetivo. Quando esse elemento dialético é rompido, o conhecimento se petrifica no registro positivista dos dados – tomados como fatos brutos – ou na lógica subjetiva, que deposita sentidos fixos e arbitrários sobre o real. A experiência anterior (pré-conceitual) ressurgue quando experimentamos o objeto, auxiliando em sua compreensão por meio de categorias prévias, formadas em experiências passadas, mas agora reativadas. Projetamos no objeto o nosso passado subjetivo para significá-lo; contudo, pela experiência, o objeto revela que não se reduz apenas à projeção do sujeito, permitindo-nos conhecê-lo em sua alteridade e, simultaneamente, reconhecer os limites de nossa própria subjetividade nessa distinção.

Assim, mesmo sob o projeto de eliminar tudo que remeta ao subjetivo (e, consequentemente, à superstição), as categorias utilizadas pelo positivismo para conhecer permanecem sendo produtos humanos, histórica e socialmente constituídos. Essa contradição não reconhecida – entre a negação da subjetividade e o uso de categorias inevitavelmente subjetivas – impede o sujeito de refletir criticamente sobre os limites de seus próprios instrumentos de conhecimento. Como resultado, o pensamento positivista, que almejava a libertação por meio da objetividade, aprisiona-se nas próprias categorias que

criou, tornando-se incapaz de transcender seus pressupostos preestabelecidos ou de reconhecer o não-idêntico que escapa à sua lógica. Portanto, ao depositar uma confiança excessiva nos fatos, o positivismo fica preso à mesma lógica subjetiva que é própria dos mitos. Nesse sentido, o cientista depositaria no objeto o seu sentido já de antemão. Visando a conhecer a realidade, o esclarecimento, no entanto, “não conhece nada de novo, porque repete tão-somente o que a razão já colocou no objeto” (Horkheimer; Adorno, [1947] 2006b, p. 33-34). Para os autores, a ciência, mais uma vez, continua a projetar o subjetivo na natureza para poder conhecê-la, nesse processo, quem perde é a razão quanto tenta negar o seu elemento subjetivo, tornando-se estritamente formalizada, recaindo na lógica do sujeito que tentou evitar, que é a mais pura forma de abstração.

O positivismo, para o qual contradições são anátemas, possui a sua mais profunda e inconsciente de si mesma [contradição], ao perseguir, intencionalmente, a mais extrema objetividade, purificada de todas as projeções subjetivas, contudo apenas enredando-se sempre mais na particularidade de uma razão instrumental simplesmente subjetiva (Adorno, [1974] 1999, p. 114).

O mito, mesmo fantástico, busca dar inteligibilidade ao desconhecido, nessa tentativa de explicação está a possibilidade de ir além do que é aparente. Já a ciência positivista, ao negar a dialética entre sujeito e objeto, apaga essa camada de significado e impede que se pense além do factual imediato. Assim, embora o mito seja superado em precisão técnica, a ciência, paradoxalmente, torna-se mais pobre em significado. O mito ousava ir além; o positivismo proíbe-se de fazê-lo. A ciência, contudo, “na qual o pensamento se iguala ao mundo, o factual tornou-se agora a tal ponto a única referência” (Horkheimer; Adorno, [1947] 2006b, p. 34).

Todavia, o pensamento deve ir além da realidade imediata para poder pensá-la verdadeiramente. Se o pensamento coincidissem inteiramente com a expressão bruta primeira dos sentidos ou com aquela refinada e capturada pela matemática, não haveria necessidade real de pensar, bastaria o esforço de representar as coisas tal como elas se apresentam. Para a ciência, não está mais em questão transcender o visível, o existente; pelo contrário, ela busca apenas afirmá-lo sem questionamento. Para Adorno, a verdadeira ciência deveria ser dialética: seu papel não é usar os dados para afirmar o existente, principalmente em um contexto em que o progresso da cultura tem reproduzido a barbárie, mas sim

desvendá-lo em sua complexidade para poder continuar a questioná-lo em suas contradições e determinações sociais e históricas.

É precisamente essa submissão ao existente que leva o esclarecimento a um estágio ainda mais radical de empobrecimento da experiência. Se inicialmente ele se limita a afirmar o dado, posteriormente ele passa a operar por meio de uma redução categórica ainda mais drástica: a formação de um sistema universal descolado do objeto. Nas etapas posteriores do esclarecimento, “uma única distinção, a distinção entre a própria existência e a realidade, engolfa todas as outras distinções” (idem, p. 19-20). Isto significa que o pensamento racional, ou Iluminismo em sentido amplo, substitui a complexidade do mundo mágico – repleto de sentidos particulares –, ou o pensamento filosófico, por uma lógica baseada em categorias universais, sintetizadas pela lógica formal matemática. A oposição binária da lógica formal (verdadeiro e falso, objetivo e subjetivo) suplanta e anula todas as nuances e particularidades anteriores, submetendo toda a experiência a um esquema unificado.

Para que esse sistema funcione, “a possibilidade do múltiplo é reduzida a grandezas cada vez mais abstratas, sistematizadas pela unidade expressa pela fórmula matemática” (idem, p. 19-20). Em outras palavras, a riqueza qualitativa e sensível do mundo – como a singularidade de um ser – é convertida em quantidades mensuráveis e relações formais. A fórmula matemática representa o ponto máximo dessa unificação: é uma lei universal (a unidade) capaz de descrever e prever o comportamento de inúmeros fenômenos distintos (o múltiplo). O preço dessa eficiência explicativa, no entanto, é a perda do singular, que é absorvido e neutralizado pelo poder abstrato da lei geral.

De acordo com Horkheimer e Adorno ([1947] 2006b), é na cisão entre a palavra e o objeto que nasce o comando do sujeito, a voz do senhor que domina. Neste processo, a linguagem deixa de ser uma expressão imanente da coisa – como ocorria no pensamento mágico – e se transforma em um instrumento externo de representação e classificação. Dessa separação emerge o comando do sujeito: ao nomear e conceituar, o sujeito se posiciona em situação de superioridade perante o objeto, reduzindo-o a uma identidade conceitual, impondo sobre ele sua própria estrutura de pensamento e convertendo a palavra em instrumento de controle do objeto. A distinção entre sujeito e objeto é crucial para perceber que o objeto não se esgota em seu nome – o conceito, por mais preciso que seja, nunca captura por completo a totalidade sensível, histórica e multifacetada do objeto real. No entanto, o pensamento dominante opera

precisamente confundindo o conceito com a coisa, tratando a definição como se fosse a realidade em sua totalidade, num movimento que ignora a inadequação constitutiva entre conceito e objeto.

É nesse contexto que se insere a crítica ao pensamento burguês, entendido como a racionalidade instrumental. Esse modo de pensamento perpetua e aprofunda essa cisão de modo alienante, contenta-se com abstrações e classificações sem jamais "voltar o nome ao objeto". Isto é, não se empenha em resgatar a particularidade e a materialidade do objeto, sufocadas pela identidade conceitual imposta. Dessa forma, o pensamento torna-se autárquico, operando num sistema fechado de signos que já não remetem verdadeiramente ao mundo concreto, mas apenas a outros signos dentro de uma lógica internalizada de dominação.

A abstração, que é o instrumento do esclarecimento, comporta-se com seus objetos do mesmo modo que o destino, cujo conceito é por ele eliminado, ou seja, ela se comporta como um processo de liquidação. Sob o domínio nivelador do abstrato, que transforma todas as coisas na natureza em algo de reproduzível, e da indústria, para a qual esse domínio do abstrato prepara o reproduzível, os próprios liberados acabaram por se transformar naquele "destacamento" que Hegel designou como o resultado do esclarecimento. A distância do sujeito com relação ao objeto, que é o pressuposto da abstração, está fundada na distância em relação à coisa, que o senhor conquista através do dominado. [...] É a substituição da herança mágica, isto é, das antigas representações difusas, pela unidade conceptual que exprime a nova forma de vida, organizada com base no comando e determinada pelos homens livres (Horkheimer; Adorno, [1947] 2006b, p. 24-25).

Longe de ser uma mera redução epistemológica, a autarquia do pensamento se mostra, assim, como fundamento necessário à dominação total. Ao dissolver o vínculo com a particularidade do objeto, o pensamento burguês se fecha em si mesmo, obliterando a possibilidade de refletir sobre o mundo, convertendo tudo em simples objetos para serem subjugados. No entanto, quanto mais os homens se apoiam na dominação como método de conhecimento, mais se afastam da verdade que almejam alcançar. Dessa forma, intentam capturar a natureza por meio de uma abstração que falha em incorporar o não-idêntico e as contradições da realidade, submetendo toda a explicação à ordem natural-causal do saber, o que instaura, nas palavras dos autores, "a alienação daquilo sobre o que exercem o poder" (Horkheimer; Adorno, [1947] 2006b, p. 20).

Ao retomar a obra *A Odisseia* de Homero, no episódio da Circe, os autores deixam clara essa relação de dominação e de obliteração daquilo que é sensível. Circe é filha da água e do fogo, feiticeira que transforma os homens em animais domesticados. Quem não cedia aos seus encantos a vencia, e Ulisses não cai nos seus encantos, porque tem medo de ser destruído. Como recompensa por vencê-la, a feiticeira lhe oferece seu leito para que aprendam a confiar um no outro em uma relação amorosa. Desse modo, Circe, como o protótipo da hetaira, oferece o apoderamento de Ulisses sobre seu corpo, a partir da submissão feminina como analogia à autoalienação da mulher na sociedade patriarcal. Nessa relação de dominação, o preço pago é a impossibilidade de experiência com o objeto pelo sacrifício do prazer. Enquanto Penélope, a esposa primeva que aguarda o retorno de Ulisses, demonstra o prazer a partir da propriedade e da ordem estável da vida, a prostituta pega aquilo que escapa aos direitos de posse da esposa e reduz o prazer às relações de posse mediante sua venda. Nessa relação de domínio, até o amor se vê subjugado a tamanha frieza burguesa, que fenece com a sua própria realização.

A relação descrita por Horkheimer e Adorno exemplifica o protótipo da relação burguesa de domínio. Na magia, o elemento da dominação não é superado, contudo a relação entre o sujeito e o objeto pressupõe uma proximidade que torna o ritual possível: sujeito e objeto se relacionam e podem comunicar o diferenciado. Por meio da conjuração mágica, o primitivo tentava afastar males, doenças e infortúnios; para cada desafio, uma máscara específica correspondente era utilizada. Na magia, os fenômenos permaneciam individuados, característica que desaparece com a ciência.

Com o advento da ciência, essa relação de proximidade é rompida, extinguindo-se a disposição para a experiência e o contato que permitia ao sujeito relacionar-se com o objeto. Como afirmam Horkheimer e Adorno ([1947] 2006b, p. 22), “o pensamento e a realidade estão radicalmente separados”. Essa disposição para a experiência, que residia na relação recíproca entre sujeito e objeto, é eliminada pela ciência devido à “angústia [Angst] do filho correto da civilização moderna de sair dos fatos”. O medo do desconhecido e de se entregar às flutuações da natureza ambiente “é exatamente a mesma angústia diante do desvio social” (Horkheimer; Adorno, [1947] 2006b, p. 13).

O medo dessa proximidade entre sujeito e natureza – seja a natureza interna do indivíduo, sua subjetividade, que deve ser excluída do processo de conhecer, seja a natureza externa, a ser conhecida –, é possibilidade de regozijo, pois lembra a possibilidade do prazer: “toda diversão, todo abandono têm algo

de mimetismo. Foi enrijecendo contra isso que o ego se forjou” (Horkheimer; Adorno, [1947] 2006b, p. 149), toda relação do eu com os objetos de prazer pedem esse momento de afinidade e de abandono de si mesmo para entrar em contato com o objeto de amor. Mas no processo do esclarecimento, essa relação com as práticas mágico-miméticas foram se tornando um tabu. Foi assim que o ego do indivíduo burguês se formou, na negação da fruição e do prazer em nome de uma razão que não deve se misturar ao objeto, mas dominá-lo para subjugar o medo.

Essa proximidade com a natureza e com as práticas miméticas também trazem à tona ao sujeito o medo da morte, de se perder na flutuação com a natureza ambiente, de deixar de ser eu para se tornar uno com a natureza. Essa proximidade que representa tanto o perigo quanto a possibilidade de redenção é nomeada por Horkheimer e Adorno ([1947] 2006c) de comportamento mimético e é, ao mesmo tempo, prazerosa e ameaçadora. Reflete o desejo do ser de se perder na identificação com a natureza ambiente, de imitá-la num jogo regado entre medo da morte, prazer e autoconservação. Na natureza esse comportamento pode ser visto no animal que, ao se fingir de morto, mistura-se ao ambiente para se livrar do ataque do seu predador. Esse comportamento permite um momento de passividade e alienação, ao se perder e se tornar um com a natureza, numa perda de limites entre sujeito e objeto. De acordo com Hegel, este é um momento formativo: só é possível retornar como um outro diferenciado o sujeito que se mistura no objeto sem medo de se perder, para depois retornar e se reencontrar, agora diferenciado, tornando-se mais rico neste processo. Quando o sujeito entra em contato com o objeto por meio desse processo mimético-racional, ele se mistura e retorna carregando as marcas que o objeto deixa no seu eu por meio da experiência (Adorno, [1969] 1995).

Quando o humano quer se tornar como a natureza, ele se enrijece contra ela. A proteção pelo susto é uma forma do mimetismo. Essas reações de contração no homem são esquemas arcaicos da autoconservação: a vida paga o tributo de sua sobrevivência assimilando-se ao que é morto. Inicialmente, em sua fase mágica, a civilização havia substituído a adaptação orgânica ao outro, isto é, o comportamento propriamente mimético, pela manipulação organizada da mimese e, por fim, na fase histórica, pela práxis racional, isto é, pelo trabalho. A mimese incontrolada é prosrita. [...] O rigor com que os dominadores impediram no curso dos séculos a seus próprios descendentes, bem como às massas dominadas, a recaída em modos de viver miméticos - começando pela proibição social dos atores e dos ciganos e chegando, enfim, a uma pedagogia que desacostuma as crianças de serem infantis - é a própria condição da civilização. A educação social e individual reforça nos homens seu

comportamento objetivo enquanto trabalhadores e impede-os de se perderem nas flutuações da natureza ambiente (Horkheimer; Adorno, [1947] 2006c, p. 149).

Horkheimer e Adorno ([1947] 2006c) indicam que o projeto do esclarecimento retirou o encanto presente no comportamento mágico-mimético que dava sentido à vida do primitivo. O sujeito não deve experimentar o objeto de modo a se perder nele, o contato deve ser por meio do conceito mediado pela voz de comando – razão como forma de dominação, que não aproxima, mas afasta o objeto –, e por meio de procedimentos que visem a expurgar qualquer expressão de subjetividade. “Enquanto signo, a linguagem deve resignar-se ao cálculo; para conhecer a natureza, deve renunciar à pretensão de ser semelhante a ela. Enquanto imagem, deve resignar-se à cópia; para ser totalmente natureza, deve renunciar à pretensão de conhecê-la” (Horkheimer; Adorno, [1947] 2006b, p. 27). Assim, em vez de refletir sobre a projeção subjetiva, como forma de controle necessário à mimese genuína, o esclarecimento toma essa dimensão como palavreado sem sentido, e a mimese se transforma em ato cego, retornando por meio da dominação da natureza interna como mimese da mimese.

A consequência desse processo é a formação de um ego danificado e frágil. Dado que a subjetividade se constitui na relação com o mundo, uma razão que se constitui na proscrição da experiência sensível e mimética com o objeto, obstrui a capacidade de o indivíduo se constituir. Sob o domínio de uma razão que nega a subjetividade, o ego se forma não por uma mediação rica com o outro, mas pela repressão interna de sua própria natureza e na recusa do que é diferente de si mesmo, obstruindo a formação do indivíduo. Desse modo, a pretensa autonomia do sujeito esclarecido resulta em seu oposto: um eu rígido e pobre. Por não ter conseguido aplacar o medo, e construído uma razão que precisa dominar para se sentir minimamente segura, o esclarecimento promove a formação de uma individualidade que deve reprimir também a sua natureza interna, danificando sua experiência subjetiva com o mundo.

**À guisa de conclusão: progresso do esclarecimento ou sacrifício da razão e progresso da barbárie?**

O esclarecimento, ao desvelar o processo de constituição e desenvolvimento da racionalidade instrumental no interior da sociedade burguesa, marca também a formação da razão ocidental. Como tais processos são indissociáveis – dado que a própria constituição da racionalidade humana se dá por meio das tentativas do eu de lutar contra o medo da morte e assegurar a autoconservação a todo custo –, o esclarecimento narra a história da formação do indivíduo burguês: ele revela como o ego e a subjetividade precisam se forjar mediante a mutilação dos sentidos e a supressão da dimensão somática do pensamento, sem a qual a razão se torna meramente instrumental e o pensamento inacabado. Por isso que, para Horkheimer e Adorno ([1947] 2006b, p. 14), “a naturalização dos homens não é dissociável do progresso social”. Para que haja progresso nesse sentido, é necessário que os homens se convertam em mera natureza passível de dominação. É o controle exercido sobre essa natureza que os torna naturais, submetendo-os à repetição observada no mundo natural. O sujeito busca controlar a natureza porque ela lhe gera medo, e ele o faz projetando sobre ela a repetição — um padrão que ele mesmo já pressupõe e que o impede de perceber o que está além da mera repetição.

A expressão da liberdade humana encontra sua manifestação na possibilidade de expressão da diferença que constitui a subjetividade, assim como a formação do indivíduo se realiza na capacidade de romper com a repetição, especialmente com aquela que se imagina inerente à natureza. Tornar-se natural, nesses termos, significa se tornar repetitivo e previsível. Quando o sujeito se torna previsível, deixa de ser individual ou singular. E, uma vez que o próprio sujeito também é natureza, para ser controlado, ele precisa se tornar repetitivo – ou seja, não-singular. Nesse movimento, o sujeito se restringe à repetição que ele mesmo projetou na natureza, afastando-se da possibilidade de ruptura. O processo de constituição da razão ocidental opera-se, assim, por meio dessa dupla naturalização e reificação do homem, que é convertido, ele próprio, em matéria para dominação.

Esse processo de naturalização, que atinge seu expoente na ciência psicológica de orientação positivista, opera precisamente pela individualização do social: o mal-estar originado de uma realidade antagônica – como a exploração do trabalho, as relações de alienação ou a pressão competitiva – é reinterpretado como um problema de ordem individual. A realidade opressora é assim tomada como um dado imutável com o qual o indivíduo deve se ajustar. Desse modo, consoma-se a dupla naturalização e reificação: a realidade social injusta é naturalizada, elevada à condição de lei natural, ao passo que o

homem é reificado, convertido em objeto a ser ajustado e instrumento a ser calibrado para o funcionamento do todo. Ao abdicar de sua capacidade de questionar e transformar o que o oprime, o sujeito restringe-se à repetição que ele mesmo projetou. Neste contexto, a ciência, ao falhar em pensar a realidade para transcendê-la, reduz-se a reproduzir dados imediatos, obscurecendo seu objetivo último de possibilitar um mundo melhor. Por sua vez, a cultura, capturada pela racionalidade instrumentalizada, torna-se incapaz de cumprir sua promessa essencial: a de ser um espaço de proteção para a constituição do indivíduo singular.

Esse processo de constituição da razão também que se expressa por meio da dominação da natureza interna do sujeito, também produz a domesticação das pulsões, da vida psíquica e de toda forma de mimetismo. Como exigência civilizatória, o ser humano deve abandoná-los. A razão pragmática revela-se insensível e estúpida, por ser resultado da repressão e do controle exercidos sobre a natureza interior do sujeito – precisamente aquilo que confere vida ao pensamento. Como afirma Adorno ([1951] 1993, p. 107 – grifos no original), “se as pulsões não são ao mesmo tempo suprassumidas [*aufgehoben*] no pensamento, que escapa desse encantamento, o conhecimento se torna impossível, e o pensamento que mata o desejo, seu pai, se vê surpreendido pela vingança da estupidez”. Assim, o que dá vida ao pensamento – a imaginação, a especulação, e a fantasia – e que auxilia a razão a pensar para além da aparência e do visível é transformado em mera tautologia no processo do esclarecimento, em um pensamento cego que desencanta e destrói o encanto da natureza estrita, da natureza social e da natureza humana, para submeter o objeto ao sujeito. Adorno mostra que a construção do conhecimento não pode se separar da experiência sensível e da subjetividade. Quando a razão suprime totalmente sua própria base pulsional, ela falha em seu objetivo e se torna cúmplice da dominação. A verdadeira crítica do conhecimento, portanto, exige uma dialética que constantemente questione as próprias categorias do pensamento, evitando que se tornem instrumentos de controle.

Como visto, para Horkheimer e Adorno ([1947] 2006b), no processo do esclarecimento, a recaída e a regressão da ciência à mitologia ocorrem, em grande medida, devido à repressão dos impulsos miméticos – repressão essa que produz uma razão instrumentalizada. Para que a dominação da natureza se torne eficiente, é necessário se valer de uma formalização crescente da razão: o pensamento deve progredir como dominação cada vez mais sofisticada sobre o objeto. Contudo, para alcançar esse fim, o

homem deve igualmente dominar a sua própria natureza interna, sua subjetividade – precisamente aquilo que confere vida à razão –, se deseja dominar a natureza externa de forma eficaz. O homem esclarecido julga, assim, livrar-se do medo arcaico perante o natural. Como ele próprio é natureza, o filho da civilização ocidental – supostamente esclarecido – teme qualquer contato com sua natureza interna: esta deve ser expurgada do pensamento para que ele se torne eficiente e objetivo, capaz de capturar, prever e controlar a realidade, bem como a si mesmo. Controlar a si próprio, nesse movimento de automutilação da dimensão sensível da razão, é o preço pago pelos indivíduos em nome do princípio civilizador.

A construção da razão ocidental se efetiva pela dominação da natureza interna, violência introjetada contra a subjetividade, o corpo e a pulsão, que sacrifica o sujeito em nome de um princípio civilizador bárbaro. Essa dominação da natureza interna, ao mutilar a dimensão sensível da razão, manifesta-se concretamente na conversão dos sacrifícios impostos pela vida social em agressividade redirecionada contra a própria civilização, escolhendo objetos para destruir. O indivíduo, obrigado a reprimir *Eros* em nome da produtividade e da conformidade, transforma essa renúncia em ressentimento. Este, por sua vez, busca um alvo externo para o mal-estar interno, configurando uma mimese da mimese: a violência inicialmente sofrida (a repressão) é imitada e repetida como violência projetada no outro que o ameaça por ser diferente. O preconceito racial ou xenófobo opera precisamente nessa lógica, convertendo a frustração da espontaneidade renunciada em ódio contra grupos minoritários ou com quem expressa traços de felicidade e fragilidade que lembram, precisamente, o que lhe foi violentamente suprimido pela renúncia da pulsão.

A necessidade de controle total sobre a natureza interna se revela assim, no desejo de dominação também no espaço social. A criminalização da pobreza e a tolerância com a violência excessiva contra grupos marginalizados e indesejados surgem como contrapartida institucional da repressão psíquica. A mesma razão instrumental que exige a supressão dos afetos para a autoconservação individual legitima a eliminação de vidas consideradas dispensáveis para a ordem social, que se reduzem a números e a estatística. Desse modo, a violência se revela não como desvio, mas como corolário lógico do princípio civilizador: a dominação da natureza interna exige, para se sustentar, a dominação da natureza externa – inclusive sobre aqueles vistos como encarnação do próprio sacrifício.

Nesse sentido é que se sustenta a atitude negativa presente no *Dialética do Esclarecimento*, que toma como objeto a autorreflexão do seu processo na história, que contém tanto aspectos regressivos quanto progressivos. Esses apontam para o potencial do esclarecimento, do que esse traz de iluminação, os potenciais de liberdade e igualdade humanos inscritos e ainda contingentes na história. Mas, para isso, é necessária a autorreflexão sobre aquilo que o esclarecimento também fomentou quando continuou progredindo de maneira cega. É importante a crítica ao espectro totalitário em que ele também se converteu por meio de um processo crescente de dominação da natureza – externa e interna – e de formalização da razão. Indica que a submissão ao pensamento formal e abstrato aprisiona o indivíduo ao sempre igual e produz formas poderosas de ajustamento social, que fortalecem o mal-estar na civilização, sustentando a barbárie. Nesse processo de esquecimento da função da civilização e da sociedade como sistema supostamente racional, a razão e o esclarecimento se transformam em um processo que autorreproduz a cegueira humana, como forma de sua estupidez particular, que revela a própria estupidez do processo de constituição da razão ocidental.

## Referências

ADORNO, T. W. **Minima moralia**: reflexões a partir da vida danificada. Tradução de Luiz Eduardo Bicca. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993 (Original publicado em 1951).

ADORNO, T. W. Acerca de la relación entre sociología y psicología. In: JENSEN, H. (Org.) **Teoría crítica del sujeto**: ensayos sobre psicoanálisis y materialismo histórico. Tradução de Henning Jensen. Buenos Aires: Siglo XXI, 1986. p. 36-76 (Original publicado em 1955).

ADORNO, T. W. **Dialética negativa**. Tradução de Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009 (Original publicado em 1966).

ADORNO, T. W. Glosa sobre personalidade. In: ADORNO, T. W. **Palavras e sinais**: modelos críticos 2. Tradução de M. H. Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 70-82 (Original publicado em 1969).

ADORNO, T. W. Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemã. In: ADORNO, T. W. **Textos escolhidos**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 109-189 (Original publicado em 1974).

ALMEIDA, G. A. Nota Preliminar do Tradutor. *In*: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 7-9.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006a (Original publicado em 1947).

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. O conceito de esclarecimento. *In*: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006b. p. 11-46 (Original publicado em 1947).

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. Elementos do anti-semitismo: limites do esclarecimento. *In*: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006c. p. 139-171 (Original publicado em 1947).

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. Notas e esboços. *In*: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006d. p. 173-211 (Original publicado em 1947).

Licença Creative Commons – Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (CCBY-NC4.0)

#### Como citar este artigo:

RODRIGUES, Pedro Octávio Gonzaga; CRISTELLI-SOARES, Carlos Guilherme. Conhecimento, ciência ou mutilação da razão? O espectro totalitário do esclarecimento. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 23, 2026. Disponível em:  
<https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/11472>.  
Acesso em: dd mmm. aaaa.

**Financiamento:** O estudo não recebeu financiamento.

**Contribuições individuais:** Conceituação, Metodologia, Recursos, Curadoria dos Dados, Investigação, e Escrita – Primeira Redação: Pedro Octávio Gonzaga Rodrigues. Análise Formal, Validação e Escrita – Revisão e Edição: Carlos Guilherme Cristelli Soares.

**Declaração sobre o uso de Inteligência Artificial:** Durante a preparação deste trabalho, os autores não utilizaram recursos de Inteligência Artificial.

**Revisores:** Sandra Faria de Resende Nascimento (Revisão de Língua Portuguesa e ABNT).

**Sobre os autores:**

PEDRO OCTÁVIO GONZAGA RODRIGUES é graduado e mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei e doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (2020).

CARLOS GUILHERME CRISTELLI SOARES é graduado e mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei. Atualmente, é psicólogo do Instituto Federal de Santa Catarina.

Recebido em 04 de julho de 2024

Versão corrigida recebida em 24 de maio de 2026

Aprovado em 27 de outubro de 2026